

Objeto e Justificativa do Aditamento: Alteração de cláusulas contratuais para alteração do fornecimento e adequação da demanda contratada por acordo das partes, conforme art. 65, II da Lei nº 8.666/1993, para a Promotoria de Justiça de Santarém. Data da Assinatura: 13/11/2015

Vigência do Aditamento: -
Valor: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais).
Classificação Funcional Programática: Atividade: 12101.03.122.1297.4534. Elemento de despesa: 3390-39.
Fonte de Recurso: 0101.
Endereço do Contratado: Rod. Augusto Montenegro, Km 8.5. CEP: 66823-010. Belém/PA.
Ordenador responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo 898716

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº DO TERMO ADITIVO: 1º

Nº. DO CONTRATO: 20121672611941 - CELPA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Alteração de cláusulas contratuais para alteração do fornecimento e adequação da demanda contratada por acordo das partes, conforme art. 65, II da Lei nº 8.666/1993, para o prédio do Theatro Vitória, que atende as Promotorias de Justiça de Santarém.

Data da Assinatura: 13/11/2015
Vigência do Aditamento: -
Valor: R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais).
Classificação Funcional Programática: Atividade: 12101.03.122.1297.4534. Elemento de despesa: 3390-39.
Fonte de Recurso: 0101.
Endereço do Contratado: Rod. Augusto Montenegro, Km 8.5. CEP: 66823-010. Belém/PA.
Ordenador responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo 898755

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Nº DA INEXIGIBILIDADE: 034/2015-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa Thyssenkrupp Elevadores SA.

Objeto: Serviço de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, com fornecimento de peças e insumos sem ônus adicional, de dois elevadores da marca Thyssenkrupp (SUR) instalados no prédio sede do MPPA.

Valor Anual: R\$ 36.840,00 (trinta e seis mil, oitocentos e quarenta reais).

Fundamento Legal: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.
Data da Assinatura: 12/11/2015.

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo 898622

Nº DA INEXIGIBILIDADE: 032/2015-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa VOX LEGIS INSTITUTO DE CONSULTORIA CURSOS E EVENTOS LTDA. Objeto: Aquisição da assinatura anual do periódico jurídico L&C Revista de Administração Pública e Política.

Valor: R\$ 483,00 (quatrocentos e oitenta e três reais).
Fundamento Legal: Art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 12/11/2015.

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo 898647

Nº DA INEXIGIBILIDADE: 033/2015-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA.

Objeto: Aquisição da assinatura anual do produto JML, composto por Parecer JML por escrito, Revista JML de Licitações e Contratos e Web Licitações e Contratos Administrativos.

Valor: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Fundamento Legal: Art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.
Data da Assinatura: 12/11/2015.

Ordenador Responsável: Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo 898672

EXTRATO DE PORTARIA Nº 001 /2015- MP/PJJ

O Representante do Ministério Público Estadual, DR. SÁVIO RAMON BATISTA DA SILVA, titular da Promotoria de Justiça de Jacundá/PA, torna pública a instauração do Inquérito Civil 01/2015/MP/PJJ que se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça de Jacundá/PA, situada nesta cidade na Av. JK, nº 72 - Prédio do Fórum, CEP 68590-000.

IC. Nº 001/2015-MP/PJJ.

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE JACUNDÁ.

OBJETO: Apurar a não realização de concurso público no município de jacundá há 07 anos, a contratação temporária de servidores fora das hipóteses legais, bem como a prática de nepotismo na administração municipal de jacundá.

Jacundá/PA, 11 de novembro de 2015.

SÁVIO RAMON BATISTA DA SILVA, Promotor de Justiça de Jacundá/PA

Protocolo 898578

EXTRATO DA PORTARIA 005/2013-MP/1ªPJCIV
ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE ANANINDEUA

PORTARIA Nº: 005/2013-MP/1ªPJCIV

Inquérito Civil nº: 004985-477/2013

Data de Instauração:13/06/2015

Fundamento Legal: art. 129, inciso III da CF/88 de acordo com a Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e art. 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993.

Objeto: Apuração finalística de contas, (ano-calendário 2011) da Sociedade Beneficente Santa Edwiges, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.148.944/0001-27.

SILVIA REGINA MESSIAS KLAUTAU MILÉO, Promotora de Justiça, Titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Ananindeua

Protocolo 898581

EXTRATO DA PORTARIA Nº 068/2015/MP/11ªPJMAB

O 11ª Promotor de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório pela PORTARIA Nº 068/2015/MP/11ªPJMAB, registrado sob o número único 000398-940/2015 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - Pará - Fone/Fax: (94) 3312-9900 / 3312-9909.

Portaria nº 068/2015/MP/11ªPJMAB

Investigado: MINISTÉRIO PETENCOSTAL A NOIVA PARA AS NAÇÕES.

Assunto: Apurar possível ocorrência de irregularidades em supostas transferências de valores oriundos da esfera pública à denominação evangélica localizada nesta cidade de Marabá.

Marabá/PA, 12/11//2015

Júlio César Sousa Costa - Promotor de Justiça

Protocolo 898664

PORTARIA Nº 6938/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA N.º 1474/2011-MP/PGJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora RAFAELA DE NAZARÉ SILVA DA SILVA, ocupante do cargo de Analista Jurídico, lotada no Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar - GATI, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea “a”, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, até ulterior deliberação e enquanto desempenhar suas atividades junto àquele Grupo, a contar de 1º/11/2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 10 de novembro de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça, e. e.

Protocolo 898708

AVISO Nº 030/2015-CSMP

Faço público, a quem interessar possa, que a 4ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 16 de novembro de 2015, às 9h, no Plenário “Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes”, no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1. Expediente encaminhado pelo Exmo. Promotor de Justiça ÍTALO COSTA DIAS, comunicando a aprovação de tese apresentada no “XXI Congresso Nacional do Ministério Público” (Protocolo nº 51990/2015).

2. Julgamento de Processos:

2.1. Processos de Relatoria do Conselheiro RAIMUNDO DE

MENDONÇA RIBEIRO ALVES:

2.1.1. Processo 000158-151/2014

Requerente:

Denúncia anônima

Requerido:

Paulo Sérgio Pinheiro - Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA

Origem:

5º PJ De Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto:

Apurar denúncia anônima em que pede providências em face do Sr. Paulo Sérgio Pinheiro, Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA), em razão de diversas irregularidades, tais como: o mesmo consta como administrador de diversas empresas privadas; responde a processos por sonegação fiscal; faz uso particular de veículo da JUCEPA; encontra-se ausente no horário de expediente do órgão; assédio moral a servidores temporários e exclusivamente comissionados.

2.1.2. Processo 000063-001/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Bares de Paragominas

Origem:

1º PJ de Paragominas

Assunto:

Apurar responsabilidade e promover medidas judiciais e extrajudiciais eventualmente necessárias à regularização de funcionamento de estabelecimento comerciais, industriais e prestadores de serviços no Município de Paragominas.

2.1.3. Processo 000095-440/2015

Requerente:

Adão Pantoja de Maria

Requerido:

Engtower Engenharia Ltda. Empreendimento Imobiliário “Lago da lua”

Origem:

2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Hab. e Urbanismo de Ananindeua

Assunto:

Apurar legalidade do empreendimento imobiliário denominado “Lago da Lua” localizado no interior da Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém

2.1.4. Processo 000029-012/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

A coletividade.

Origem:

5º PJ de Direitos Constitucionais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira

Assunto:

Apurar ações do combate à dengue, promovidas pelo Município de Vitória de Xingu-Pá.

2.1.5. Processo 000091-151/2014

Requerente:

Splice Ind. Com. e Serv. Ltda.

Requerido:

Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém - SEMOB

Origem:

5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar providências em face da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB), tendo em vista possíveis irregularidades com relação ao Pregão Presencial nº 003/2014, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação, implantação, manutenção, suporte técnico no processamento de dados e imagens de sistemas eletrônicos de Registro e Controle de Infrações de Trânsito - Radares de Fiscalização.

2.2. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA

RODRIGUES CARVALHO:

2.2.1. Processo 000220-151/2015

Requerente:

SINDPOL - Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Pará

Requerido:

Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA

Origem:

3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar supostas irregularidades na carga horária cumprida dos policiais civis nas Delegacias, principalmente as do interior do Estado, tendo em vista que o Diretor da DPI, Delegado Silvio Maués, estaria submetendo os servidores a uma carga horária excessiva, além da prática de assédio moral e perseguição.

2.2.2. Processo 001754-921/2015

Requerente:

SINDPOL - Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Pará

Requerido:

Associação dos Moradores e Amigos do Residencial Green Grove

Origem:

2ª PJ Cível e de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais de Abaetetuba

Assunto:

Apurar denúncia de irregularidades no Residencial Green Grove

2.2.3. Processo 000006-001/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará; Secretaria Nacional de Direitos Humanos

Requerido:

(Em apuração)

Origem:

9ª PJ da Infância e Juventude, Órfãos, Interditos e Incapazes,